



# SINDOJUS

Sindicato dos  
Oficiais de Justiça  
do Ceará

Ofício nº. 293/2025

Fortaleza, 17 de dezembro de 2025.

**À Sua Excelência Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

**Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto**

Assunto: Solicitação de emissão da nova Carteira Funcional dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário do Ceará

O **SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ – SINDOJUS-CE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.244.397/0001-80, com sede na Rua Hill de Moraes, nº 67, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza, Ceará, CEP 60.811-760, e-mail: secretaria2@sindojusce.org.br, neste ato representado pelo seu Presidente, **FRANCISCO VAGNER LIMA VENÂNCIO**, vem, com súpero respeito, à presença de Vossa Excelência, **REQUERER** a expedição de novas carteiras funcionais dos oficiais de justiça do Estado do Ceará.

O presente requerimento fundamenta-se no fato de que a atividade do Oficial de Justiça é predominantemente realizada fora do ambiente interno dos Fóruns e desta forma sua identificação de forma segura, inquestionável e clara, torna-se fundamental e necessária no cumprimento dos mandados, quando da sua identificação para as partes, advogados, policiais, magistrados e demais autoridades.

Importa destacar que o artigo 236, §1º, da Constituição Federal e o artigo 154 do Código de Processo Civil conferem legitimidade e relevância à função pública exercida pelos Oficiais de Justiça, cuja natureza exige atuação externa constante e identificação funcional robusta.

Ressalta-se que a Lei 16.302/2017, com vigência a partir do mês de agosto do ano de 2017, trouxe nomenclatura única para os oficiais de justiça. Antes, três



# SINDOJUS

Sindicato dos  
Oficiais de Justiça  
do Ceará

terminologias eram utilizadas: oficial de justiça, oficial de justiça avaliador e analista judiciário - execução de mandados.

Assim, há modelos distintos de carteira funcional dos oficiais de justiça, ocasionando questionamentos, quanto a sua autenticidade, gerando entraves e insegurança no cumprimento dos mandados.

Existem relatos de oficiais de justiça que têm se deparado com dúvidas no desempenho da atividade, tais como: 1) autenticidade do documento; 2) nomenclatura antiga (analista judiciário - execução de mandados) - o que vem gerando, não só constrangimento, mas também dificuldades na efetivação do cumprimento dos mandados.

Portanto, há a necessidade de atualização, modernização e padronização da Carteira de Identidade Funcional dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Ceará, atualmente defasada em relação aos avanços tecnológicos e às práticas adotadas por outros Tribunais.

Considerando, ainda, que a atividade dos Oficiais de Justiça exige, por sua natureza, constante apresentação de documento de identidade funcional que assegure legitimidade, autenticidade e segurança no cumprimento de ordens judiciais, vem, em virtude de tais problemas, bem como a constante utilização no cumprimento das ordens judiciais e ainda pela fragilidade do atual material, o Sindicato dos Oficiais de Justiça do Ceará apresentar modelo que certamente dará mais segurança na identificação do serventuário da justiça.



# SINDOJUS

Sindicato dos  
Oficiais de Justiça  
do Ceará



Além disso, propõe-se, ainda, a implementação de um modelo de Carteira Funcional com **QR Code**, vinculado a banco de dados online acessível via URL pública, que permitirá imediata verificação da autenticidade do documento, dos dados funcionais atualizados e da regularidade do servidor no exercício de suas funções, trazendo mais segurança tanto para o servidor quanto para a sociedade e para o Poder Judiciário.

O modelo proposto, estabelece validade de 5 (cinco) anos, com os dados essenciais, elementos de segurança e controle, incluindo foto, dados funcionais, assinatura, brasão oficial, QR Code e informações de lotação.

A adoção do novo modelo representa não apenas medida de segurança, mas também de valorização da categoria, conferindo modernidade, legitimidade e proteção ao Oficial de Justiça no exercício de suas funções externas, além de fortalecer a imagem institucional do Poder Judiciário perante a sociedade.

Tal medida visa atender ao princípio da eficiência, segurança institucional, transparência e proteção ao servidor público, alinhando-se às melhores práticas de gestão pública e tecnológica.



# SINDOJUS

Sindicato dos  
Oficiais de Justiça  
do Ceará

Considera-se, ainda, especialmente, que a adoção do modelo proposto traz os seguintes benefícios concretos:

- **Segurança jurídica e operacional:** a carteira funcional com QR Code permite a checagem imediata da autenticidade, reduzindo riscos de fraudes e garantindo proteção tanto ao servidor quanto aos jurisdicionados;
- **Valorização institucional:** um documento atualizado, moderno e tecnologicamente seguro fortalece a imagem do Poder Judiciário perante a sociedade;
- **Praticidade e acessibilidade:** qualquer cidadão, parte ou autoridade poderá validar a identidade funcional do Oficial de Justiça por meio do QR Code, com acesso rápido e transparente aos dados essenciais;
- **Padronização e controle:** a medida permite controle efetivo das identidades funcionais ativas, com vigência temporária e necessidade de renovação periódica, fortalecendo a segurança administrativa.

**Outrossim**, sugere-se que a entrega oficial das novas Carteiras de Identidade Funcional dos Oficiais de Justiça seja realizada **no mês de março de 2026**, período tradicionalmente reconhecido como **o mês do Oficial de Justiça**, em razão das comemorações alusivas à categoria.

Tal iniciativa reveste-se de especial simbolismo institucional, contribuindo para a **valorização da carreira**, o fortalecimento da identidade funcional e o reconhecimento público da relevância do Oficial de Justiça para a efetividade da prestação jurisdicional.

Ademais, a realização da entrega nesse período estratégico, por se tratar de data próxima, poderá **potencializar a divulgação e o engajamento institucional da 3ª Jornada dos Oficiais de Justiça**, evento de relevante importância para a capacitação, integração e fortalecimento da categoria, promovido com o apoio das instituições do sistema de Justiça.



# SINDOJUS

Sindicato dos  
Oficiais de Justiça  
do Ceará

## DOS PEDIDOS

Diante do exposto e levando-se em consideração as disposições constitucionais que garantem a participação do Sindicato em discussão, cujo objeto afete a vida funcional dos servidores vem, este Sindicato, **REQUERER:**

1. A análise e acolhimento do presente pedido, com a emissão de novas carteiras de identidade funcional dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Ceará, nos termos aqui expostos;
2. Que a **entrega oficial das novas Carteiras de Identidade Funcional** seja programada para **o mês de março de 2026**, em alusão ao mês do Oficial de Justiça, como forma de valorização institucional da categoria e quando da realização da **3ª Jornada dos Oficiais de Justiça**.

Renovando os votos de elevada estima e consideração, subscrevemo-nos, certos de que esta solicitação será acolhida por Vossa Excelência, que sempre demonstra sensibilidade e compromisso com o fortalecimento institucional e com a valorização dos servidores do Judiciário.

Por uma questão de direito, de fato e de justiça.

Aguarda deferimento.

Fortaleza, 17 de dezembro de 2025.

FRANCISCO VAGNER LIMA VENÂNCIO  
**Presidente do SINDOJUS/CE**

CARLOS EDUARDO O. DE MELLO  
**Diretor Jurídico do SINDOJUS/CE**